

Revista LEX de
Direito
Administrativo

Classificação Qualis/Capes: B3

Editora

Zilá T. Miorelli

Coordenadores da Revista

Leonardo da Rocha de Souza

Silvio Luís Ferreira da Rocha

Conselho Editorial

Carolina Zockun	Christianne Stroppa
Cleide Calgaro	Danilo Miranda Vieira
Flávio Garcia Cabral	Genilson Carreiro
Georgio Tomelin	Jacinto Arruda Câmara
Jefferson Carlos Carús Guedes	José Roberto Pimenta Oliveira
Julio Grostein	Leticia Queiroz de Andrade
Luana Pedrosa de Figueiredo Cruz	Luis Manuel Fonseca Pires
Luzardo Faria	Marcia Pellegrini
Marcos Augusto Peres	Marcos Porta
Marinês Restellato Dotti	Rafael Carvalho Rezende Oliveira
Raphael Silva Rodrigues	Rafael da Cás Maffini
Rodrigo Bordalo	Rodrigo Almeida Magalhães
Silvio Guidi	Rúbia Zanotelli de Alvarenga
	Tatiana Meinhart Hahn

v. 6 n. 17

maio/agosto 2026

LEX
E D I T O R A

© REVISTA LEX DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Publicação quadrimestral da LEX Editora S/A, à qual se reservam todos os direitos, sendo vedada a reprodução total ou parcial sem a citação expressa da fonte.

Os conceitos emitidos nos trabalhos assinados são de responsabilidade dos autores.

Artigos podem ser encaminhados via site (<http://www.lex.com.br/enviar-doutrina>).

Publicação com distribuição em todo o território nacional.

Revista LEX de Direito Administrativo

n. 17 (maio/ago. 2026).-- Porto Alegre: LEX, 2026.

Quadrimestral.

Coordenação: Leonardo da Rocha de Souza e Silvio Luís Ferreira da Rocha.

ISSN 2763-5619

1. Direito Administrativo – Periódico.

CDU 342.9(05)

Catálogo na publicação: Leandro Augusto dos Santos Lima – CRB 10/1273

LEX Editora S/A

Diretora: Marlene Imhoff

Rua 18 de Novembro, 423

Porto Alegre/RS - CEP 90240-040

www.lex.com.br

sac@lex.com.br

Serviço de Atendimento: 51 3191-3033

SUMÁRIO

Apresentação	5
--------------------	---

Doutrina

Métodos de mensuração nas Análises de Impacto Regulatório da administração pública federal: uma investigação empírica

<i>Luiza Szczerbacki Castello Branco</i>	7
--	---

Direito administrativo e administração pública no primeiro centenário da República (1889-1985)

<i>Rafael Hamze Issa</i>	29
--------------------------------	----

A cidadania logística no Estado-Plataforma: evolução histórica, jurisprudencial, direito comparado e a reinvenção dos correios no paradigma da administração pública 4.0

<i>Júlio Edstron Secundino Santos</i>	53
---	----

Transformação e transmutação de cargos públicos: uma análise sobre a autonomia administrativa e os limites constitucionais

<i>Thiago Penido Martins, Mayra Katlen Galdino Marcelino e Raphael Silva Rodrigues</i>	85
--	----

A política estadual de saúde mental no estado do Piauí: uma análise da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) à luz da auditoria operacional do TCE-PI

<i>Flora Izabel Nobre Rodrigues e Benigno Núñez Novo</i>	107
--	-----

A utilização da fundada suspeita na abordagem policial e seus limites constitucionais

<i>William da Silva</i>	131
-------------------------------	-----

O controle preventivo da ouvidoria pública dos tribunais de contas no planejamento das contratações públicas

<i>Eduardo Bello Leal Lopes da Silva e Prhiscilla Motta</i>	153
---	-----

Jurisprudência Comentada

Morosidade excessiva: justiça de São Paulo obriga prefeitura a analisar processo administrativo

<i>Guilherme Lopes</i>	171
------------------------------	-----

Jurisprudência

Apelação Cível nº 1.0000.24.313127-3/001

<i>Relator: Des. Peixoto Henriques</i>	177
--	-----

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que chegamos ao número dezessete da *Revista LEX de Direito Administrativo*.

O periódico segue na sua missão de estimular o debate constante das diversas questões que envolvem o Direito Administrativo por meio da disponibilização de abalizada doutrina.

Inauguramos a *Doutrina* com o artigo de Luiza Szczerbacki Castello Branco, convidada a participar da edição, que escreve sobre os “Métodos de mensuração nas Análises de Impacto Regulatório da administração pública federal: uma investigação empírica”. A autora tem por objetivo identificar os principais métodos empregados nas AIRs elaboradas pela administração pública federal, excluindo as agências reguladoras.

Dando continuidade à edição, temos o estudo intitulado “Direito administrativo e administração pública no primeiro centenário da República (1889-1985)”, escrito por Rafael Hamze Issa, igualmente convidado a participar da edição. O objetivo do autor é analisar a formação da administração pública e do direito administrativo nos 100 primeiros anos da República brasileira, período no qual vigoraram seis textos constitucionais e foram instauradas duas ditaduras (1930-45 e 1964-85).

Júlio Edstron Secundino Santos participa da edição com o texto “A cidadania logística no Estado-Plataforma: evolução histórica, jurisprudencial, direito comparado e a reinvenção dos correios no paradigma da administração pública 4.0”. A pesquisa investiga a emergência da cidadania logística no paradigma do Estado-Plataforma, analisando a necessária transformação institucional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) perante a transição para a Administração Pública 4.0. O tema se reveste de urgência diante do colapso do mercado de cartas tradicional e a necessidade de garantir a integração nacional e a soberania em um território de dimensões continentais, mitigando as assimetrias geradas pela desnatação do mercado praticada por alguns agentes privados.

Seguimos com o artigo “Transformação e transmutação de cargos públicos: uma análise sobre a autonomia administrativa e os limites constitucionais”, escrito por Thiago Penido Martins, Mayra Katlen Galdino Marcelino e Raphael Silva Rodrigues. Os autores analisam os limites e fundamentos jurídicos que regem a transformação e a transmutação de cargos públicos no ordenamento jurídico brasileiro, tema de recorrente debate doutrinário e jurisprudencial. Também examinam a diferença conceitual e prática entre ambos os institutos, a partir dos princípios da legalidade, moralidade e isonomia, bem como os reflexos funcionais decorrentes dessas medidas administrativas.

Na sequência, Flora Izabel Nobre Rodrigues e Benigno Núñez Novo estudam a saúde mental, analisando a Política Estadual de Saúde Mental do Estado do Piauí a partir dos resultados da Auditoria Operacional realizada pelo TCE-PI, examinando aspectos relacionados à estrutura organizacional da rede, financiamento, cobertura assistencial, governança, acesso aos serviços, monitoramento, transparência e eficiência da gestão pública. O artigo está assim intitulado “A política estadual de saúde mental no estado do Piauí: uma análise da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) à luz da auditoria operacional do TCE-PI”.

Logo após, temos a pesquisa intitulada “A utilização da fundada suspeita na abordagem policial e seus limites constitucionais”, escrita por William da Silva. O autor tem como objetivo demonstrar como a fundada suspeita, sempre que efetuada respeitando os princípios constitucionais, é um meio eficiente para realização de uma atividade preventiva, concluindo que a atuação técnica, proporcional e fundamentada reforça a segurança pública e contribui para o equilíbrio entre proteção social e garantias individuais.

Finalizamos a seção *Doutrina* com o estudo de Eduardo Bello Leal Lopes da Silva e Prhiscilla Motta, cujo título é “O controle preventivo da ouvidoria pública dos tribunais de contas no planejamento das contratações públicas”. O objetivo dos autores consiste em analisar a atuação preventiva da Ouvidoria na detecção e na correção das falhas de planejamento das licitações com vistas à promoção dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da publicidade, da transparência, do planejamento, da competitividade, da eficiência e da economicidade.

A edição também contempla jurisprudência comentada. Guilherme Lopes fala sobre a “Morosidade excessiva: justiça de São Paulo obriga prefeitura a analisar processo administrativo”. O autor discorre sobre os impactos da morosidade administrativa, violações ao princípio da eficiência e ao direito de petição, além de destacar o uso do mandado de segurança como instrumento constitucional.

A revista finaliza com acórdão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais que trata de improbidade administrativa por atos prejudiciais ao erário no que diz respeito ao transporte escolar.

Após destacar os textos publicados nesta edição, agradecemos o esforço de todos para a constituição e publicação desse volume.

Desejamos uma ótima leitura a todos!

Zilá Miorelli

Editora da Revista LEX de Direito Administrativo